

ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES.

Pregão Eletrônico nº 045/2025

Processo Administrativo nº 6215/2025

AB ASSESSORIA E SOLUÇÕES LTDA inscrita em CNPJ sob o nº 54.346.244/0001-50, vem, por meio deste, solicitar a reapreciação da decisão que consagrou a empresa como inabilitada, pelos fundamentos de fato e direito abaixo expostos, conforme restará provado no decorrer da presente peça de insurreição:

1. DA SÍNTESE DOS FATOS E DO CENÁRIO PROBATÓRIO

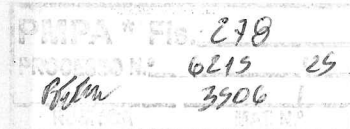
A Recorrente sagrou-se vencedora na etapa de lances, oferecendo a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Convocada para apresentação dos documentos de habilitação, a empresa cumpriu com as exigências, ocorrendo, contudo, um lapso na juntada da Certidão de Dívida Ativa Estadual atualizada.

Em sede de diligência/saneamento, a Recorrente apresentou certidão emitida em data posterior à sessão, o que motivou sua inabilitação sob o argumento de "documento novo".

Ocorre, no entanto, que a decisão de inabilitação merece imediata reforma diante da VERDADE MATERIAL dos fatos. A Recorrente anexa a esta peça a Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pela PGE em 23/07/2025 (Código XL23.3120.3010.9085), cuja validade estende-se até 19/01/2026.



LICITAÇÕES



CÓDIGO CERTIDÃO: XL23.3120.3010.90S5

PESQUISA CADASTRAL realizada em: 23/07/2025 às 14:21:00.7

Esta certidão tem validade até 19/01/2026, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a pesquisa cadastral realizada na data e hora acima, conforme artigo 11 da Resolução nº 2690 de 05/10/2009.

Para maiores informações: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa>

Este documento prova, de forma inequívoca, que na data da abertura do certame (01/12/2025), a empresa JÁ ESTAVA REGULAR. Não se trata, portanto, de regularização posterior, mas de comprovação de condição preexistente.

2. DO DIREITO E DA FUNDAMENTAÇÃO ESTRATÉGICA

2.1. DA APLICAÇÃO DO ART. 64 DA LEI 14.133/2021 E DO DEVER DE DILIGÊNCIA

A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) rompeu com o formalismo inútil. O seu Art. 64 é taxativo ao permitir a juntada de documentos para "apuração de fatos existentes à época da abertura do certame".

Ao apresentar a Certidão emitida em Julho/2025, a Recorrente não está inovando no processo; está apenas trazendo aos autos a prova material de que o requisito do item 16.1.3.1, alínea "c.2" do Edital estava integralmente cumprido no momento da licitação.

A inabilitação, diante dessa prova, configura excesso de formalismo, pois penaliza a Administração (que pagará mais caro) por uma falha meramente documental que já foi sanada e que não altera a substância da idoneidade fiscal da licitante.

2.2. A VINCULAÇÃO AO EDITAL: O PODER-DEVER DE SANAR FALHAS

O próprio instrumento convocatório, lei interna desta licitação, estabelece em seu item 26.4:

☎ 21 99638-6158

@ licitacoesab

✉ contato@ablicitacoes.com

🌐 www.ablicitacoes.com

📍 RUA SIMÃO DA CUNHA GAGO, 444 (LOJA)
ATERRADO, VOLTA REDONDA - RJ, CEP 27.213-170

"26.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica..."

Ignorar a certidão anexa, que comprova a regularidade preexistente, seria violar a própria regra do edital que busca a seleção da proposta mais vantajosa e a instrumentalidade das formas. A "substância" (regularidade fiscal) está intacta; o "erro" (envio do arquivo) é plenamente sanável conforme a regra editalícia citada.

2.3. DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

É pacífico na jurisprudência da Corte de Contas que a vedação à inclusão de documento novo não se aplica a documentos que visam apenas atestar uma condição que já existia.

Acórdão 2.443/2021 – TCU – Plenário: *"A vedação à inclusão de novo documento... não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência."*

Ao inabilitar a Recorrente que detém o menor preço, estando ela comprovadamente quite com a Fazenda Estadual desde Julho/2025 (meses antes do certame), a Administração estaria agindo contra o Princípio da Economicidade e da Eficiência.

2.4. DO CENÁRIO CONCORRENCIAL RESTRITO, DA CELERIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO

Cumprе destacar, ainda, que o presente certame contou com a participação de apenas três empresas, sendo certo que as demais licitantes já se encontram desclassificadas/inabilitadas, restando a Recorrente como única empresa plenamente regular e apta, que atendeu integralmente aos requisitos técnicos, jurídicos, fiscais e econômicos exigidos no edital, além de apresentar a proposta mais vantajosa sob o critério do melhor custo-benefício.

A manutenção da inabilitação da Recorrente, por motivo meramente formal e já devidamente sanado, conduzirá inevitavelmente à frustração do certame, tornando-o infrutífero, em prejuízo direto ao interesse público.

A imediata reclassificação e habilitação da Recorrente, além de juridicamente possível e amparada pela Lei nº 14.133/2021, revela-se medida **célere, eficiente e econômica**, evitando a repetição do procedimento licitatório, atrasos na contratação e custos adicionais à Administração, em total consonância com os princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade e supremacia do interesse público.

3. DA CONCLUSÃO E PEDIDOS

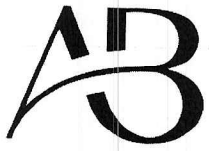
A Recorrente possui a melhor proposta de preço, gerando economia aos cofres públicos de Paty do Alferes. A Recorrente possui regularidade fiscal comprovada desde antes da licitação, conforme CND anexa válida até 2026.

Manter a inabilitação seria privilegiar a burocracia em detrimento do Interesse Público e da Vantajosidade Econômica.

Diante do exposto, REQUER:

1. O recebimento do presente Recurso e, no exercício do juízo de retratação, a **REFORMA IMEDIATA** da decisão de inabilitação;
2. A aceitação da Certidão da PGE emitida em 23/07/2025 (anexa) como prova cabal de cumprimento do requisito de habilitação fiscal, com base no Art. 64 da Lei 14.133/21 e item 26.4 do Edital;
3. A consequente **HABILITAÇÃO** da empresa **AB ASSESSORIA E SOLUÇÕES LTDA** e a adjudicação do objeto em seu favor, garantindo-se a contratação mais econômica para o Município.

Nestes termos, Pede Deferimento.



LICITAÇÕES

Volta Redonda/RJ, 12 de dezembro de 2025.

AB ASSESSORIA E SOLUCOES
LTDA:54346244000150

Assinado de forma digital por AB
ASSESSORIA E SOLUCOES
LTDA:54346244000150
Dados: 2025.12.15 11:50:14 -03'00'

AB ASSESSORIA E SOLUÇÕES LTDA

CNPJ: 54.346.244/0001-50

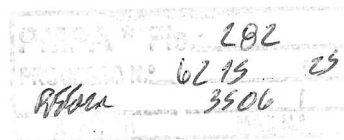
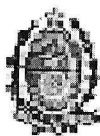
☎ 21 99638-6158

@ licitacoesab

✉ contato@ablicitacoes.com

🌐 www.ablicitacoes.com

📍 RUA SIMÃO DA CUNHA GAGO, 444 (LOJA)
ATERRADO, VOLTA REDONDA - RJ, CEP 27.213-170



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico que, em consulta ao Sistema da Dívida Ativa no dia 23/07/2025, em referência ao pedido 191707/2025, **NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o CPF ou CNPJ informado abaixo:

RAZÃO SOCIAL:

AB ASSESSORIA E SOLUCOES LTDA EPP

CNPJ:

54.346.244/0001-50

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ISENTO

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

Os dados apresentados nesta certidão baseiam-se em pesquisa realizada a partir do CPF ou CNPJ fornecido no momento da apresentação do requerimento.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar débitos que vierem a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal>

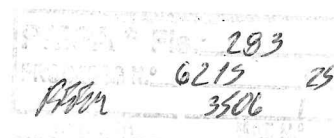
CÓDIGO CERTIDÃO: **XL23.3120.3010.90S5**

PESQUISA CADASTRAL realizada em: **23/07/2025 às 14:21:00,7**

Esta certidão tem validade até 19/01/2026, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a pesquisa cadastral realizada na data e hora acima, conforme artigo 11 da Resolução nº 2690 de 05/10/2009.

Para maiores informações: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa>

Emitida em 02/12/2025 às 08:49:37,3



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico que, em consulta ao Sistema da Dívida Ativa no dia 23/07/2025, em referência ao pedido 191707/2025, **NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o CPF ou CNPJ informado abaixo:

RAZÃO SOCIAL:

AB ASSESSORIA E SOLUCOES LTDA EPP

CNPJ:

54.346.244/0001-50

DESCRIÇÃO ESTADUAL:

ISENTO

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

Os dados apresentados nesta certidão baseiam-se em pesquisa realizada a partir do CPF ou CNPJ fornecido no momento da apresentação do requerimento.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar débitos que vierem a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal>

CÓDIGO CERTIDÃO: **XL23.3120.3010.90S5**

PESQUISA CADASTRAL realizada em: 23/07/2025 às 14:21:00.7

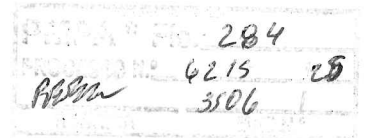
Esta certidão tem validade até 19/01/2026, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a pesquisa cadastral realizada na data e hora acima, conforme artigo 11 da Resolução nº 2690 de 05/10/2009.

Para maiores informações: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa>

Emitida em 25/07/2025 às 09:04:59.2



MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES
Secretaria de Administração
Divisão de Licitações e Contratos



SRP PREGÃO 045/2025.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARO E CORREÇÃO EM SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL INSTALADO NO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS.

Assunto: Recurso.

RECORRENTE: AB ASSESSORIA E SOLUCOES LTDA.

Processo: 6215/2025

I – DA TEMPESTIVIDADE

A manifestação e motivação da intenção em recorrer foram registradas pela recorrente na própria sessão pública do Pregão em referência, via chat, com a apresentação das razões recursais no prazo legal.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS PELA EMPRESA

Em apertada síntese, a recorrente busca reverter sua inabilitação, manifestando a sua intenção de recorrer sob a aplicação do Art. 165, I, alínea "c".

III – DA ANÁLISE PRIMÁRIA DO REQUERIMENTO

A recorrente busca em manifestação e motivação da intenção reverter sua inabilitação. Foi realizada a devida análise documental na fase de habilitação, ocasião em que se constatou a ausência e/ou divergência dos seguintes documentos exigidos no Edital:

- a) **Comprovação exigida no item 16.1.2.1 do Edital**, ausente, tendo o licitante apresentado apenas Certidões de Acervo Técnico acompanhadas de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de empresa diversa da licitante;
- b) **Documento exigido no item 16.1.3.1, alínea "a", do Edital**, ausente;
- c) **Documento exigido no item 16.1.3.1, alínea "b", do Edital**, ausente;
- d) **Certidões exigidas no item 16.1.3.1, alínea "c", subitem "2", do Edital**, tendo o licitante apresentado Certidão Negativa de Débitos Estadual emitida em nome da filial, e não da matriz — esta última correspondente à empresa licitante —, bem como não apresentou a Certidão expedida pela Procuradoria Geral do Estado;
- e) **Certidão exigida no item 16.1.3.1, alínea "f", do Edital**, ausente.

Diante disso, em **01/12/2025, às 14h57min**, foi oportunizado ao licitante, que procedesse à juntada dos documentos faltantes, com a expressa exigência de que as certidões apresentassem **data de emissão anterior à abertura do certame**, ocorrida em **01/12/2025, às 10h00min**, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de inabilitação.



MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES
Secretaria de Administração
Divisão de Licitações e Contratos

209
6215 23
3506

Tal medida fundamentou-se na aplicação da tese do excesso de formalismo, que expõe que o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, conforme disposto nos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto nº 10.024/2019.

Ressalte-se, ainda, que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição já atendida pelo licitante à época da apresentação da proposta, mas que deixou de ser juntado por equívoco ou falha, devendo, nesses casos, ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro, conforme entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União no **Acórdão nº 1.211/2021 – Plenário**, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, julgado em 26/05/2021, bem como pelo **Acórdão nº 064075/2024 – Plenário do TCE/RJ**.

Dito isto, foi verificado que o licitante realizou tentativa de cumprimento à solicitação, dentro do prazo ofertado, em 02/12/2025 às 13:54:47, ocasião em que anexou a **Certidão expedida pela Procuradoria Geral do Estado**, exigida no item 16.1.3.1, alínea "c", subitem "2", do Edital. Contudo, a referida certidão foi emitida **em data posterior à abertura do certame**, conforme evidenciada em peça recursal em fls. 282, estando em desconformidade com a tese ora mencionada.

Registra-se que houve cumprimento das demais solicitações realizadas.

Diante dos fatos e do não cumprimento total às solicitações, foi informado ao licitante que caberia a esta Pregoeira inabilitá-lo.

Em anexo às razões recursais apresentadas pelo recorrente, foi apresentada a Certidão expedida em data anterior à data de abertura do certame, pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), constante em fls. 283 de forma a salientar o pedido de reconsideração à decisão de inabilitação.

Informo que não houve apresentação de contrarrazões.

Sendo assim, no intuito de garantir o devido procedimento licitatório da forma mais clara e eficiente possível, considerando principalmente o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como a possibilidade de reconsideração da decisão recorrida, conforme o art. 165, §2º do mesmo texto normativo, encaminho o feito para a Procuradoria deste Município para análise e parecer.

Após, retornem, para o devido prosseguimento do procedimento licitatório. Prazo de 24 horas.

Paty do Alferes, 19 de dezembro de 2025.

Atenciosamente,

gov.br

Documento assinado digitalmente

JULIANA BARBOSA TEIXEIRA DIAS

Data: 19/12/2025 13:33:13 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JULIANA BARBOSA TEIXEIRA DIAS

Pregoeira



MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES
Procuradoria Geral do Município

PMPA * Fls. 286
Processo n.º 6215/2025.
C.S.S. 1994/02
Rubrica Matr. n.º

Processo nº 6215/2025.

Pregão SRP nº 045/2025

À DILICON

Trata-se de análise de recurso interposto pela empresa AB ASSESSORIA E SOLUÇÕES LTDA, quanto à sua inabilitação.

Alega a Empresa recorrente a sua regularidade na PGE, no momento da abertura da licitação.

Alega que apesar de ter juntado a certidão negativa com data posterior à abertura do certame, possui certidão demonstrando a sua regularidade antes do certame, para tanto, juntou comprovante em anexo, a saber, CND da PGE emitida em 23/07/2025 com validade até 19/01/2026.

Em suma, a Recorrente alega que na data da licitação estava em situação regular junto ao Estado, conforme restou demonstrado às fls. 282.

Nota-se que a Recorrente não se atentou a exigência de que a certidão deveria ter sido emitida antes da abertura do certame, juntando certidão atualizada, todavia, não teve a oportunidade de corrigir a falha, sendo inabilitada de imediato.

Etendo que neste ponto, a empresa deveria ter sido informada da recusa da certidão devido a sua data de emissão, reabrindo prazo para juntada de nova certidão, caso possuísse, a fim de comprovar a condição preexistente.

Segundo o Acórdão TCU 2036/2022, “o apego à literalidade da exigência do instrumento convocatório em detrimento da obtenção da melhor proposta pela Administração conduziu a discussões sobre o excesso de formalismo e omissão do poder-dever de diligência pela comissão de licitação.



MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES
Procuradoria Geral do Município

PMPA * Fls. 287
Processo n.º 6215/2025.
C.S.G. 199/02
Rubrica Matr. n.º

Frente a dúvida quanto à veracidade das informações, o órgão condutor do certame deve promover as diligências necessárias para assim consolidar as instruções do processo". Grifei.

A presente licitação encontra-se na fase de habilitação, em análise de recurso.

Conforme entendimento do TCU, a juntada de documentos é permitida na fase de habilitação na licitação, desde que seja para provar condições preexistentes na abertura do certame, não havendo vedação de que tal fato ocorra em sede recursal, a saber:

(...) "é lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes, contrariando o art. art. 64 da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 966/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler, e 988/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia;"

(Acórdão nº 602/2025 – TCU – Plenário, Relator Ministro ANTONIO ANASTASIA)

Assim dispõe o art. 64, I da Lei 14.133/2021:

"Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;"

Assim sendo, uma certidão de regularidade para demonstrar que o licitante já atendia ao requisito na abertura do certame, ainda que apresentada em fase recursal, é passível de aceitação, tratando-se de uma falha sanável, ainda mais, quando não foi oportunizada a correção da certidão.



MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES
Procuradoria Geral do Município

PMPA * Fls. 288

Processo n.º 6215/2025.

C-5.5

Rubrica

1994/02
Matr. n.º

Diante do exposto, entendo que não foi assegurado a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a Administração Pública, visando a supremacia do interesse público, opino pela procedência do recurso.

Paty do Alferes, 29 de dezembro de 2025.

JOSÉ DE JESUS LOPES
Procurador do Município
Mat. n.º 96.040



MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES
Secretaria de Administração
Divisão de Licitações e Contratos

SRP PREGÃO 045/2025.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARO E CORREÇÃO EM SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL INSTALADO NO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS.

Assunto: Recurso.

RECORRENTE: AB ASSESSORIA E SOLUCOES LTDA.

Processo: 6215/2025

I – DA ANÁLISE FINAL DO REQUERIMENTO

Considerando a análise prévia realizada, a decisão de inabilitação da recorrente fundamentou-se na constatação de falha nas duas tentativas de atendimento ao disposto no item 16.1.3.1, alínea "c", subitem "2", do Edital, que exige a apresentação de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado.

Verificou-se que a licitante deixou de apresentar, no momento da solicitação dos documentos de habilitação, a certidão expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Após a aplicação da tese do excesso de formalismo, foi concedido prazo adicional de 24 (vinte e quatro) horas para saneamento da falha; contudo, a licitante apresentou certidão emitida em data posterior à abertura do certame, em desconformidade com os limites estabelecidos pela referida tese.

Em sede recursal, a licitante apresentou certidão emitida em data anterior à abertura do certame e dentro do prazo de validade, buscando a reversão da decisão de inabilitação, ao alegar que já se encontrava em situação de regularidade fiscal junto à Procuradoria competente à época da abertura do procedimento licitatório.

O processo foi, então, encaminhado à Procuradoria deste Município, cujo parecer manifestou-se favoravelmente à aceitação do documento apresentado em fase recursal, ao entendimento de que a certidão comprova o atendimento ao requisito editalício no momento da abertura do certame, caracterizando-se, portanto, como falha sanável, visando a seleção da proposta mais vantajosa e a supremacia do interesse público.

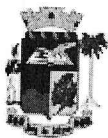
Diante do exposto, opino pelo deferimento do recurso interposto e encaminhamento para o Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal para ciência e decisão.

Paty do Alferes, 30 de dezembro de 2025.

Atenciosamente,

Juliana Barbosa Teixeira Dias
Agente Administrativo
Mat. 228.400

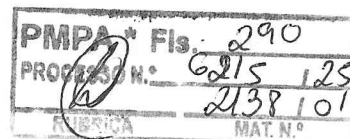
JULIANA BARBOSA TEIXEIRA DIAS
Pregoeira



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

SRP PREGÃO Nº 045/2025 – PROCESSO 6215/2025



ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARO E CORREÇÃO EM SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL INSTALADO NO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS.

Assunto: Recurso

Recorrente: **AB ASSESSORIA E SOLUÇÕES LTDA.**

DECISÃO:

1. Pelo provimento do recurso interposto.
2. Dê-se conhecimento aos interessados.
3. Publique-se.

Paty do Alferes, 08 de Janeiro de 2026.

JULIO AVELINO OLIVEIRA DE MOURA JUNIOR

Prefeito Municipal

